

Bresser diz que cruzados

ECONOMIA — Pág. 23 e 4

devem ser devolvidos já

Nadine Salvagni Filipe

SÃO PAULO (Sucursal) — O ex-ministro da Fazenda do Governo Sarney, Luiz Carlos Bresser Pereira, afirma ser este o momento ideal para o Governo dar início à devolução dos cruzados retidos há um ano. “É tolice esperar até setembro”. Para ele, “essa é uma hora adequada, porque estamos numa recessão. Se houver uma corrida para dólar e ativos reais, então dá-se um basta à devolução”.

Ele diz que esses cruzados devolvidos podem ser depositados na poupança ou no *fundão*, para que o processo ocorra de forma tranquila. “Assim essa espada sobre a economia brasileira desaparece”, acredita o ex-ministro, “e o dinheiro passa a ser emprestado voluntariamente para o Governo, em vez de compulsoriamente”.

Bresser Pereira concedeu entrevista exclusiva a *A Tribuna*, em seu escritório, na Capital, na última quinta-feira, e falou sobre o primeiro ano de Governo Collor. Ele acredita que somente uma combinação de medidas técnicas de ordem ortodoxa e heterodoxa, somadas à vontade política não só do presidente da República e ministros da área econômica, mas também do Congresso, dos empresários e trabalhadores, pode decretar o fim da inflação, hoje o principal problema do País.

A seguir, outros pontos importantes da entrevista:

— Quais foram os avanços, nesse primeiro ano de Governo Collor, na área econômica?

— Os resultados são claramente contraditórios. De um lado houve avanços importantes na área fiscal, na redução da dívida interna e uma

Exclusivo

política mais firme para a negociação da dívida externa. Além disso, houve o reconhecimento de que a crise econômica e financeira é fiscal, ou seja, o Estado está financeiramente quebrado. Também são corretas a política de liberalização comercial, a privatização e a eliminação dos títulos e cheques ao portador, que reduzem a sonegação fiscal.

A equipe econômica também tem feito um esforço muito grande, com apoio do presidente, para a redução do déficit público, sem ceder às pressões da sociedade, que quer manter subsídios e incentivos que foram cortados. Em síntese, a estratégia a longo prazo do Governo é basicamente correta e deveria ter mais apoio do que está tendo da sociedade e do Congresso.

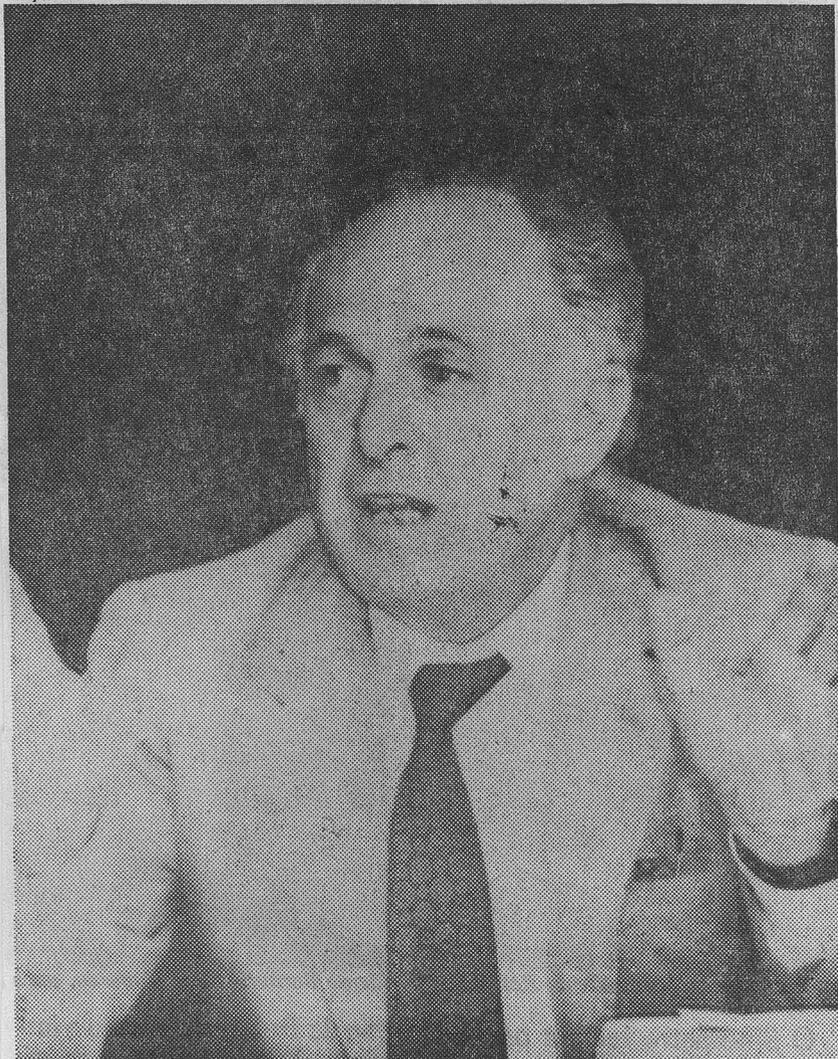
— Houve retrocessos?

— O Governo não vem tendo êxito no combate à inflação. O Plano Collor fracassou na primeira fase, com o congelamento e o sequestro de ativos financeiros. A segunda fase, a partir de maio passado, foi mais monetarista, com definição de uma meta monetária rígida, desindexação dos salários, que foram reduzidos. Conseguiu-se uma enorme recessão, mas não o controle da inflação. Foi o fracasso do monetarismo.

O Plano Collor 2 foi novamente um plano de emergência e não vai lograr acabar com a inflação. A de fevereiro tem resíduos estatísticos; a de março não tem, mas deverá ficar em torno dos 8%, ou seja, uma inflação inicial que inviabiliza todas as propostas. Nós vamos ter taxas bastante elevadas de inflação no segundo semestre, somadas à recessão.

— Como o Governo deve corrigir os rumos da política econômica?

— Estou bastante desmotivado em apresentar propostas. Dei forte apoio ao Plano Collor 1, mas quando ficou claro que essa primeira



Para o ex-ministro, só um esforço conjunto pode acabar com a inflação

fase tinha se esgotado e a inflação voltado, em maio, fui até à ministra Zélia e disse que essa inflação era inercial, ou seja, indexada informalmente e, portanto, resistente a políticas monetárias e fiscais convencionais ou ortodoxas.

— **O que o Governo deveria ter feito?**

— Na minha opinião, o Governo deveria ter planejado para outubro, após o primeiro turno das eleições, um novo congelamento, preparado e aberto, com ajuste fis-

cal, eliminando o déficit público, com equilíbrio gradual dos preços públicos e da taxa de câmbio, de forma a evitar um tarifaço no dia do congelamento. Seria aberto, porque discutido com a sociedade da seguinte forma: ou se mantém uma política ortodoxa que é custosa a todos em termos de recessão, ou tem-se um congelamento além da política monetária e fiscal, com regras estabelecidas para se entrar e sair dele.

O Governo não adotou nenhu-

ma dessas medidas. Continuou com sua política monetária rígida, redução de salários e recessão. Aliás, conseguiu uma recessão mas não o controle da inflação. Aí, foi feito um novo congelamento de emergência, como já tivemos dois, o meu (Plano Bresser) e o Plano Collor 1. Agora o congelamento não faz mais sentido. Só desmoraliza o Governo, para fazer um plano definitivo de controle da inflação. Nesse momento, então, não tenho nenhuma proposta.

— **Como é possível acabar com a inflação?**

— A inflação só vai acabar com a combinação de medidas técnicas ortodoxas e heterodoxas com uma vontade política não só do presidente e dos ministros econômicos, mas do Congresso, dos empresários e dos trabalhadores. Tenho a impressão que nenhum deles está disposto a fazer os sacrifícios necessários. Em vez de saber como defender o salário dos trabalhadores, o Congresso deveria saber como se supera a crise fiscal do Estado brasileiro. Essa é a melhor forma de se proteger os salários: uma economia de mercado. Em crise, os salários sempre caem.

O mesmo vale para os sindicatos de trabalhadores e empresários. Os mais organizados fizeram um acordo informal e hoje os conflitos são menores que há dez anos, por exemplo. Ocorre que em 1978/79, os empresários resistiam em dar aumentos de salários, porque não podiam repassá-los aos preços, e havia uma redução de lucro. Hoje os empresários estão mais flexíveis, porque sempre aumentam os preços em seguida aos salários.

— **Qual o setor da economia mais afetado pela medidas econômicas?**

— Todos foram afetados. A produção industrial está 15% abaixo do ano passado, o PIB está bem menor, caíram os salários e os lucros. Quem perdeu mais foram os setores de trabalhadores mais de-

sorganizados, porque não têm uma indexação formal.

— **Qual foi o principal erro político do Governo Collor, que prejudicou o andamento do plano?**

— O presidente tentou impor sua vontade à sociedade. Se ele tivesse tido êxito, não seria um erro, mas como não teve, foi erro. Hoje no Brasil, ele precisa ouvir muito a sociedade, mas também negociar a partir de propostas. Outro erro foi o chamado entendimento nacional. O presidente chamou todo mundo e depois não fez nenhuma proposta concreta. Negociar demais significa fazer concessão demais e não governar o País.

— **É possível uma recuperação do PIB, este ano?**

— É muito difícil. Eu espero, sinceramente, que seja possível, porque a queda foi muito grande. Parece que o Governo compreendeu que não é através de juros e política monetária excessivamente rígida que se controla a inflação. Eles pararam de ameaçar a sociedade com a recessão. A sociedade está disposta a fazer alguns sacrifícios para combater a inflação, mas ao mesmo tempo espera resultados. Além do mais, só aceita fazer sacrifícios que lhe são impostos, não passando pelo Congresso.

— **O sr. acredita que esta equipe econômica vai permanecer até final do mandato?**

— Espero que sim. Eles são bem intencionados, corretos, têm uma boa visão dos problemas globais da economia brasileira e estão aprendendo rápido sobre controle da inflação.

— **O que acha do projeto, recém-lançado?**

— Ele faz parte das medidas estruturais, da visão de longo prazo de uma economia que deve ser modernizada e competitiva internacionalmente. São boas medidas a aposentadoria por idade e acabar com a estabilidade do funcionalismo público, por exemplo.